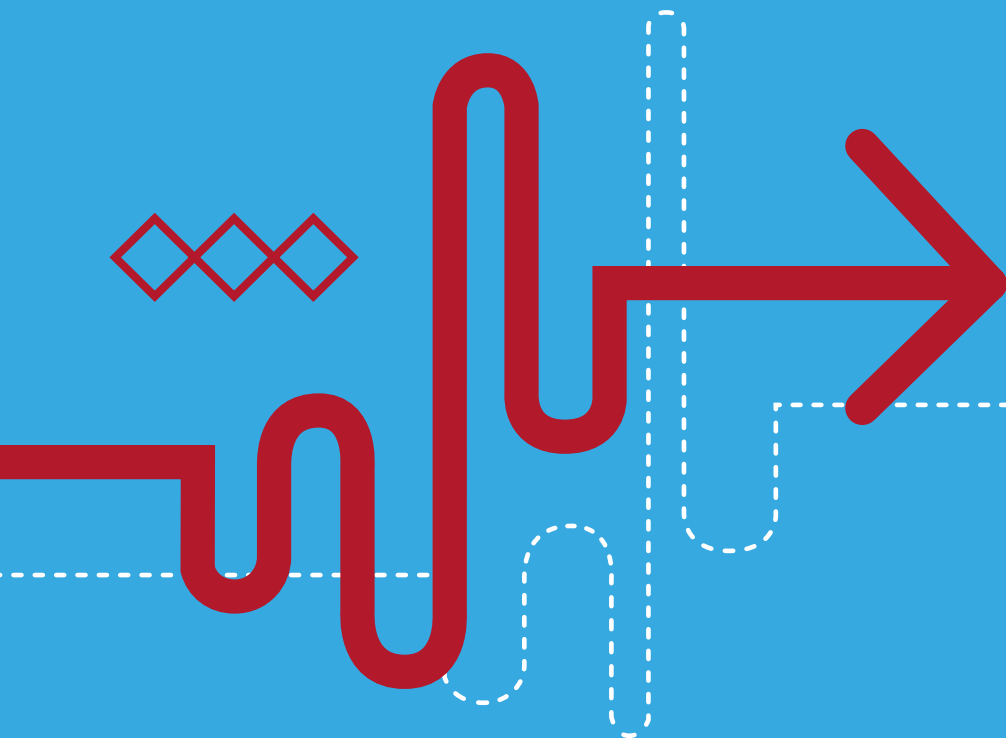


Caminhos do Saber

FORMAÇÃO DE LEITORES

Anos Finais do Ensino Fundamental

**Gabriely Teles Pereira
Pura Lúcia Oliver Martins**



PUCPR
GRUPO MARISTA

PUCPRESS

PORTAL
**conteúdo
aberto**

FTD
educação

Caminhos do Saber

FORMAÇÃO DE LEITORES

Anos Finais do Ensino Fundamental

**Gabriely Teles Pereira
Pura Lúcia Oliver Martins**



2024

© 2024, Gabriely Teles Pereira e Pura Lúcia Oliver Martins
2024, PUCPRESS, FTD

Esta coleção, na totalidade ou em parte, não pode ser reproduzida por qualquer meio sem autorização expressa por escrito da Editora.

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Reitor

Ir. Rogério Renato Mateucci

Vice-Reitor

Vidal Martins

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Paula Cristina Trevilatto

PUCPRESS

Gerência da Editora

Michele Marcos de Oliveira

Edição

Juliana Almeida Colpani Ferezin

Preparação de texto e revisão

Juliana Almeida Colpani Ferezin

Capa e projeto gráfico

Rafael Matta Carnasciali

Diagramação

Rafael da Matta Hasselmann

PUCPRESS / Editora

Universitária Champagnat

Rua Imaculada Conceição, 1155

Prédio da Administração - 6º andar

Campus Curitiba - CEP 80215-901

Curitiba / PR

Tel. +55 (41) 3271-1701

pucpress@pucpr.br

FTD

Diretoria-Geral

Ricardo Tavares

Diretor Comercial e Educacional

Aramis Antonio da Luz

Diretora Adjunta Educacional

Cintia Cristina Bagatin Lapa

Gerência Educacional

Isabelle Daniel de Araújo Porteles

Gerência Marketing

Clayton Luiz Ferreira de Oliveira

FTD Educação

Rua Rui Barbosa, 156 - Bela Vista

São Paulo / SP

CEP 01326-010 - www.ftd.com.br

Conselho curador

Alboni Marisa Dudeque

Pianovski Vieira (PPGE/PUCPR)

Isabelle Daniel de

Araújo Porteles (FTD)

Michele Marcos de

Oliveira (PUCPRESS)

Juliana Almeida

Colpani Ferezin (PUCPRESS)

Dados da catalogação na publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI-PUCPR
Biblioteca Central
Edilene de Oliveira dos Santos CRB 9/1636

P436f Pereira, Gabriely Teles
2024 Formação de leitores: anos finais do ensino fundamental / Gabriely Teles
Pereira, Pura Lúcia Oliver Martins. - Curitiba : FTD : PUCPRESS, 2024
39 p. : 21 cm. -- (Coleção caminhos do saber; v. 7)

Inclui bibliografias

ISBN 978-65-5385-109-2 (PDF)

978-65-5385-107-8 (E-book)

978-65-5385-108-5 (Audiobook)

1. Educação - Estudo e ensino. 2. Leitura (Ensino fundamental). 3. Ambiente de sala de aula. 4. Livros e leitura. 5. Incentivo à leitura. I. Martins, Pura Lúcia Oliver. II. Título. III. Série.

CARTA AO EDUCADOR

A Literatura engloba diversas linguagens e significados que evoluíram ao longo dos anos, refletindo as transformações políticas, sociais, culturais e econômicas de cada sociedade. Você já parou para pensar como os livros, por tanto tempo, foram símbolos de status, refletindo um elitismo que dominava a sociedade brasileira? Com o acesso à educação ampliado, a escola tornou-se crucial para expandir o conhecimento, facilitando o acesso aos livros literários e formando leitores.

Entretanto, caro professor, formar leitores vai além de meramente disponibilizar livros nas escolas. Requer a seleção cuidadosa de obras diversas, a mediação adequada, o planejamento de atividades envolventes, a criação de ambientes propícios à imersão literária e dedicação de tempo para apreciar não apenas o valor pedagógico, mas também o valor estético da literatura infantil.

Neste sentido, convido você a explorar conosco esta obra da Coleção Caminhos do Saber que dispõe sobre a história da literatura infantil no Brasil, as diferentes faces da literatura, políticas de distribuição de livros e o direito à literatura. Destaca-se também o papel crucial da biblioteca escolar e do bibliotecário na formação leitora.

Gabriely Teles Pereira *Pura Lucia Oliver Martins*

SOBRE A COLEÇÃO

A Editora PUCPRESS, em parceria com a FTD, tem a satisfação de apresentar aos docentes que atuam nos Anos Finais do Ensino Fundamental a Coleção Caminhos do Saber, cujo objetivo é estimular reflexões e discussões sobre temas relevantes que permeiam a prática pedagógica nessa etapa da educação de adolescentes.

Os volumes desta coleção trazem o resultado de pesquisas realizadas por acadêmicos e professores do curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

SOBRE AS AUTORAS

Gabriely Teles Pereira

Graduada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná; atua como Professora de uma Rede Municipal de Ensino no Estado do Paraná.

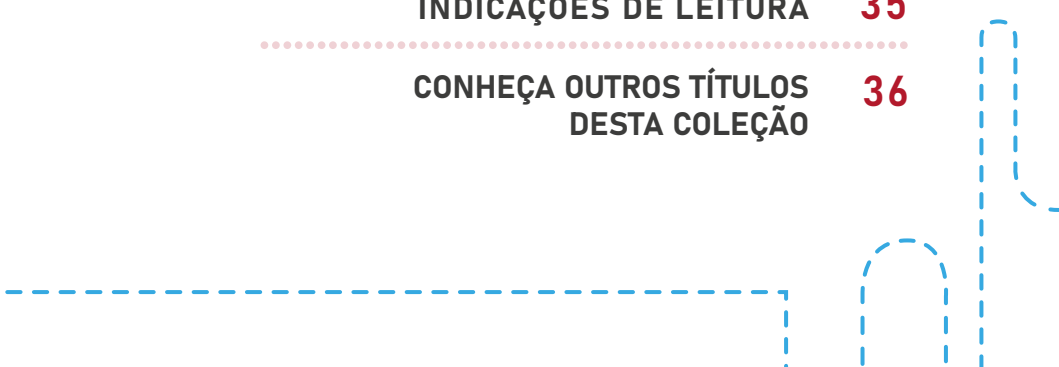
Pura Lúcia Oliver Martins

Doutora em Educação pela USP; Professora Titular na graduação e pós-graduação em Educação da PUCPR; coordena o Grupo de Pesquisa Práxis Educativa: dimensões e processos, certificado pelo CNPq; pesquisa e escreve sobre didática, formação de professor, ensino e aprendizagem. É bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq.

SUMÁRIO



CENÁRIO	7
VOCÊ SABIA?	8
.....	
SEQUÊNCIA DIDÁTICA	8
AS MÚLTIPLAS FACES DA LITERATURA	9
RETROSPECTIVA LITERÁRIA BRASILEIRA	11
O DIREITO À LITERATURA	15
O PNLL E O PNLD: POLÍTICAS E BIBLIODIVERSIDADE	17
O PAPEL DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES E DO BIBLIOTECÁRIO NA FORMAÇÃO DOS LEITORES	20
O VALOR ESTÉTICO E PEDAGÓGICO DA LITERATURA	24
.....	
CANAL DO EDUCADOR	28
.....	
GLOSSÁRIO EDUCATIVO	31
.....	
REFERÊNCIAS CONSULTADAS	33
.....	
INDICAÇÕES DE LEITURA	35
.....	
CONHEÇA OUTROS TÍTULOS DESTA COLEÇÃO	36



CENÁRIO

Olá, educadores!

Em *Fahrenheit 451*, publicado em 1953, durante o período da Guerra Fria, o autor estadunidense Ray Bradbury apresenta uma sociedade distópica, na qual a leitura de qualquer livro é proibida e, portanto, são diariamente incinerados por bombeiros. Essa obra demonstra como a falta de acesso aos livros resulta em uma sociedade alienada, que não se vale de questionamentos e com uma visão de mundo superficial, a qual é constantemente manipulada por governos autoritários.

O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (BRASIL, 2018, p. 51) revela que há um déficit em relação às habilidades de leitura entre estudantes do Ensino Fundamental. De acordo com a pesquisa, “O letramento em Leitura refere-se a compreender, usar, avaliar, refletir sobre e envolver-se com textos, a fim de alcançar um objetivo, desenvolver seu conhecimento e seu potencial, e participar da sociedade” (BRASIL, 2018, p. 51).

Nos levantamentos acerca do letramento em leitura, o Brasil ficou com 413 pontos, enquanto a média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) foi de 487 pontos, ou seja, o Brasil ficou 74 pontos abaixo da média.

As causas destacadas na primeira pesquisa perpassam pela falta de tempo dos participantes, o cansaço, a falta de paciência e, dentro de uma perspectiva de acesso, a pesquisa mostra indivíduos que não leem por não ter bibliotecas por perto, pela carência de acesso à internet e pelo alto preço dos livros. Por outro lado, a 5ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil aponta que o impacto das tecnologias e as mídias sociais têm tornado os sujeitos pouco amigos dos livros.

VOCÊ SABIA?

A 5ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, realizada em 2019 pelo Instituto Pró-Livro, Itaú Cultural e IBOPE Inteligência, com diferentes classes sociais, revelou uma redução de 4,6 milhões de leitores entre 2015 e 2019, evidenciando também desafios como analfabetismo, dificuldades de concentração, compreensão leitora, leitura lenta, custo elevado dos livros e falta de acesso a bibliotecas.

SEQUÊNCIA DIDÁTICA

A literatura pode ser utilizada para trabalhar temas sociais importantes, pois expressa muitos valores positivos, mas também pode e deve ser apreciada apenas por possuir um valor estético. De acordo com Teresa Colomer:

O objetivo da educação literária é, em primeiro lugar, o de contribuir para a formação da pessoa [...] em segundo lugar o confronto entre textos literários distintos oferece ao aluno a ocasião de enfrentar a diversidade social e cultural (Colomer, 2007, p. 31).

Dessa forma, dentro de uma perspectiva social, a leitura literária contribui para que o estudante se sinta parte de um mundo letrado, permitindo que ele não só entenda as mensagens escritas presentes em diferentes espaços sociais, mas também possa interpretá-la. Assim, “[...] a escola se qualifica como espaço de mediação entre a criança e a sociedade” (Lajolo; Zilberman, 2022, p. 37).

AS MÚLTIPLAS FACES DA LITERATURA

Para compreender a dimensão do conceito de literatura, recorreremos à obra *Literatura: ontem, hoje, amanhã*, escrita em 2018, pela autora, pesquisadora e professora brasileira Marisa Lajolo.

A literatura, enquanto campo de estudo, tem sido um objeto de investigação e interpretação ao longo dos séculos. Assim, a cada período histórico, a pergunta “O que é literatura?” foi respondida de diferentes formas, por meio de distintas perspectivas. É o que aponta a autora Lajolo (2018, p. 34), “Cada época e, em cada época, cada grupo social tem sua resposta”.

“ Quando pensamos na palavra ‘literatura’, geralmente invocamos uma imagem de livros clássicos, de romances e poemas, porém, a literatura ultrapassa as barreiras do cânone tradicional, pois ela engloba uma grande variedade de gêneros, estilos e formas narrativas.”

Dessa forma, é preciso entender a literatura para além de um conceito unilateral, pois suas múltiplas faces se manifestam em diferentes contextos, moldando-se conforme a ideologia e a cultura predominante de uma sociedade, em determinadas épocas, pois um texto pode “[...] vir a ser ou deixar de ser literatura ao longo do tempo” (Lajolo, 2018, p. 19).

Por conta desse caráter volúvel, a literatura já se apresentou de forma diferente do que concebemos hoje, pois “antigamente literatura significava domínio das línguas clássicas, erudição, conhecimentos gramaticais, significados que reforçam sua parceria com a escrita” (Lajolo; Zilberman, 2022, p. 41). Para tanto, discutir literatura é estar atento à natureza mutável desse elemento.

Na contemporaneidade, a literatura é constituída por uma pluralidade de sentidos, formas e modalidades, expressas por meio da escrita e da imagem. De acordo com Lajolo (2018, p. 14), a literatura possui múltiplas faces porque está “ao lado dos romances esotéricos, da poesia de autoajuda, da ficção científica e do romance policial, continuam a ser lidos e apreciados romances antigos (os chamados clássicos), a poesia dos sonetos, contos... e o que mais? Crônicas, haicais, histórias em quadrinho...”. Nessa perspectiva, podemos dizer que existe literatura para todos os gostos e, principalmente, para o público pertencente ao Ensino Fundamental.

Como percebemos, o conceito de literatura tem sido foco de análise, discussão e reflexão ao longo de gerações, por meio de diferentes olhares e discursos, os quais contribuíram para uma definição abrangente e em constante evolução. Mas, precisamos nos perguntar: quem são esses agentes avaliadores? Quem define o que é ou não é literatura?

De acordo com Lajolo (2018, p. 27), “são os intelectuais, os professores, a crítica, o *merchandising* de editoras de prestígio, os cursos de letras, os júris de concursos literários, os organizadores de programas escolares e de leituras para vestibular, as listas de obras mais vendidas [...]”. Esses setores são responsáveis por elencar os livros de menor e maior valor na sociedade. A autora ainda prossegue, colocando a escola como “[...] a instituição que há mais tempo e com maior eficiência vem cumprindo o papel de avaliadora e de fiadora do que é literatura” (Lajolo, 2018, p. 28).

Percebe-se, portanto, que não há um conceito fixo que possa definir com precisão o que é literatura, pois seu significado amplo se destrincha em vários gêneros que circulam por diversos setores culturais e cotidianos da sociedade, tais como: editoras, livrarias, bibliotecas, casas, escolas, universidades, eventos de leitura, clubes literários, mídias impressas e digitais, entre outros. Todas essas instituições, ao longo dos séculos,

definiram o que é literatura e a qualificaram como boa ou ruim. Nesse sentido, cabe a pergunta: “Existe um conceito melhor do que outro?”. Para responder a essa pergunta, tem-se o olhar de Lajolo (2018, p. 76), a qual diz que “todos os conceitos e práticas de literatura são, a seu tempo e para quem os formula e cultiva, tão bons ou tão ruins quanto quaisquer outros”.

Assim, a literatura se apresenta como um objeto que expressa uma pluralidade de significados, os quais são avaliados e interpretados como literatura, não literatura, livros bons ou ruins, sob óticas de diferentes tempos, valores, ideologias e, essencialmente, princípios individuais e coletivos. Para tanto “acompanhar, então, como a literatura foi concebida, praticada, interpretada e avaliada em diferentes momentos é um caminho” (Lajolo, 2018, p. 37).

RETROSPECTIVA LITERÁRIA BRASILEIRA

Antes de adentrar na discussão sobre a distribuição de livros literários nas escolas e suas implicações na formação leitora, faz-se necessário realizar uma retrospectiva do contexto histórico da literatura no Brasil. Para isso, esta seção será totalmente construída sob a luz dos escritos de Lajolo e Zilberman (2022) no livro *Literatura Infantil Brasileira: História & Histórias*.

A literatura Infantil, desde seu surgimento, sempre esteve estreitamente relacionada ao contexto político, social e cultural de cada época, buscando estar sempre alinhada com as transformações na sociedade e, conseqüentemente, estar apta para atender às necessidades e expectativas da sociedade em que é produzida. As primeiras obras propostas ao público infantil apareceram no mercado na primeira metade do século XVIII, sendo que, antes disso, os únicos registros são datados do século XVII, durante o classicismo francês, com textos que vieram a ser considerados literatura apropriada à infância, tais como: as fábulas de La Fontaine, obras de

Fénelon e Charles Perrault – membro da academia francesa, o qual se negou de início em assinar a primeira edição do seu livro destinado às crianças, pois, desde o princípio, esse gênero passou por uma dificuldade de legitimação.

Apesar da literatura infantil iniciar com os franceses, o gênero não dependeu apenas deles, pois a literatura infantil também se desenvolveu na Inglaterra, região europeia que passou por grandes eventos de contexto econômico e social, dentre eles a Revolução Industrial do século XVIII. A partir desse marco histórico, as fábricas começaram a atrair a atenção das pessoas que viviam no campo em busca de melhores condições de vida. Assim, esse êxodo rural causou a superlotação de cidades e, em decorrência dessa mudança, a paisagem urbana se viu dividida: o proletariado começou a se abrigar em periferias, enquanto a burguesia se estabeleceu no coração das cidades, passando a configurar-se como uma classe social com grande poder aquisitivo, capaz de influenciar os rumos que a sociedade da época iria seguir.

Como primeira ação, criou instituições que lhe ajudasse a estabelecer metas desejadas, tal como a família, na qual a criança, pela primeira vez, passou a desempenhar um novo papel na sociedade, o que provocou o aparecimento de novos ramos na ciência e objetos industrializados voltados a este público, como por exemplo, o livro literário. Ademais, outra instituição necessária para a legitimação política e ideológica das elites foi a escola.

Assim, a literatura emerge de grandes transformações socioeconômicas, adquirindo, desde o começo, a categoria de mercadoria, ideia que é reforçada pela escola, a qual tinha a missão de tornar as crianças capazes de entender as obras escritas. Assim, de acordo com Lajolo e Zilberman (2022, p. 38), a literatura se posiciona “[...] como intermediária entre a criança e a sociedade de consumo”.

Em terras brasileiras, a literatura infantil teve seu início dois séculos após o início da produção europeia, sendo

consolidada no final do século XIX e início do século XX por meio da implantação da Imprensa Régia, a qual, em 1808, começou de fato a traduzir e adaptar obras estrangeiras no país. Porém, esse período, marcado pela vinda da família portuguesa para o Brasil, ainda apresentava um suporte editorial precário para sustentação de um sistema literário no país, tornando o livro um objeto raro nos centros urbanos.

Com a grande valorização da escola e os apelos pedagógicos por livros para a infância, grandes obras estrangeiras, traduzidas e adaptadas, passaram a circular dentro e fora da escola. Nesse processo, Carlos Jansen e Figueiredo Pimentel se destacaram, sendo responsáveis por obras como: “Contos seletos das mil e uma noites (1882) [...] Viagens de Gulliver (1888) [...] D. Quixote de la mancha” (Lajolo; Zilberman, 2022, p. 56).

Entretanto, a maioria das histórias eram editadas em Portugal, fato que distanciava as crianças brasileiras de compreender por completo as obras escritas em uma língua distante da falada no país, o que impulsionou a nacionalização de obras do acervo europeu, como por exemplo as histórias antigas de Charles Perrault, Hans Andersen e dos irmãos Grimm.

Em vista do crescimento populacional das cidades, aumentou-se as expectativas de criar um público consumidor de livros. De acordo com Lajolo e Zilberman:

O fortalecimento das classes sociais intermediárias entre as aristocracias rurais e alta burguesia de um lado, ex-escravizados e trabalhadores rurais de outro, criam-se as expectativas de emergência de um público comprador de livros. O consumo de livros espelha o padrão de escolarização e cultura com que esses novos segmentos sociais desejam apresentar-se frente a outros grupos (Lajolo; Zilberman, 2022, p. 52).

Assim, os impulsos para alavancar a produção literária brasileira, especialmente de caráter nacional, passou a ser o

foco do regime em vigência. De fato, a produção autônoma de textos literários infantis no Brasil só ocorreu por volta da Proclamação da República, em 1889, dentro de um movimento patriótico que buscava modernizar a sociedade. Nesse período, autores como Olavo Bilac, Afonso Celso, Coelho Neto, João Vieira de Almeida, Júlia Lopes de Almeida e Cassiano Ricardo se destacaram em virtude de produções de caráter nacional, valorizando a paisagem e a língua portuguesa dentro de um movimento que colocava a escolarização e o serviço militar como salvadores da pátria, o que fortalecia as classes dominantes. Nesse cenário, as obras produzidas na época “[...] deram consistência à ideia de fazer da leitura, especialmente da leitura escolar, instrumento de difusão de civismo e patriotismo” (Lajolo; Zilberman, 2022, p. 65).

Ainda no início da república, a luta pela escolarização em massa foi aderida pelo governo Getúlio Vargas, o qual impôs o ensino primário obrigatório e alavancou o ensino técnico profissionalizante. Esse processo impulsionou a modernização da sociedade, momento que marcou a literatura brasileira. De acordo com Lajolo e Zilberman:

A literatura infantil, como boa filha, não fugiu à luta [...] os livros para crianças foram profundas e sinceramente nacionalistas, a ponto de elaborar uma história cheia de heróis e aventuras para o Brasil, seu principal protagonista (Lajolo; Zilberman, 2022, p. 98).

Assim, dentro dessa vertente modernista, autores como Monteiro Lobato, Raul Bopp e Mário de Andrade construíram narrativas dentro de uma tendência literária denominada Regionalista, ou seja, buscavam retratar a realidade brasileira das diferentes partes do país. Assim, a vida rural foi muito explorada por esses autores, que produziam seus escritos voltados para uma modernização dentro do campo sem estereotipar esse local como primitivo ou selvagem.

Um exemplo disso é a obra *A menina do Narizinho Arrebitado*, escrita por Lobato em 1920, na qual o Sítio do Picapau Amarelo é apresentado como cenário para personagens como Emília, Pedrinho, Dona Benta, dentre outros. A obra também retrata personagens folclóricos trazidos, novamente, da cultura europeia, fato que se comprova nas narrativas de Dona Benta, a qual conta histórias de Peter Pan e Pinóquio, clássicos que fizeram parte da infância de muitos brasileiros e ainda se fazem presentes em acervos escolares.

Ainda dentro desse apanhado histórico, é importante destacar que o consumo de livros literários, sua proliferação nas escolas e fora delas se configuraram com um caráter pedagógico, com a finalidade de construir uma formação cidadã. Nesse sentido, as pesquisadoras Lajolo e Zilberman (2022) relatam que a literatura infantil estava envolvida com um projeto pedagógico “[...] que acreditava piamente na reprodução passiva de comportamentos, atitudes e valores que os textos manifestavam e que desejavam inculcar nos leitores” (Lajolo; Zilberman, 2022, p. 65).

Assim, por meio da retrospectiva histórica da literatura brasileira, podemos analisar como a sociedade se desenvolveu ao longo do tempo e como essas transformações impactaram a reprodução e produção de histórias infantis. Além disso, por meio desse movimento de pesquisa histórica, podemos identificar as ideias que ainda se fazem presentes no mundo atual em relação à literatura infantil e a sua função social.

O DIREITO À LITERATURA

A literatura como forma de expressão artística, cultural e propagadora do conhecimento exerce um papel primordial na sociedade. Agora, adentraremos em uma discussão fundamental: o direito à literatura. Examinar esse tema é essencial para compreender a importância da literatura como um direito inalienável de todos os cidadãos, além de compreendermos como esse direito, por muito tempo, foi negligenciado.

Como vimos, durante um grande período da história brasileira, os livros eram objetos predominantemente acessados pelas elites do país, fator que estava associado diretamente com a estrutura social da época, na qual a literatura configurava-se como um elemento fundamental na escolarização formal de indivíduos que compunham o topo mais alto da pirâmide social. De acordo com a pesquisadora Colomer:

[...] em tantas regiões pouco alfabetizadas, a literatura foi vista como um luxo supérfluo, algo próprio das elites sociais e abissalmente distanciado das necessidades da maioria da população, que deveria aprender a linguagem escrita o mais depressa possível para poder começar a ganhar a vida (Colomer, 2007, p. 35).

Dessa forma, é visível o quanto a educação, durante um período da história, era destinada para apenas uma parte rica da população, o que, junto com outros bens materiais que não chegavam até os menos favorecidos, contribuía para o aumento da disparidade social. De acordo com Espíndola (2012, p. 16 *apud* Dias, 2020, p. 27), “[...] uma sociedade que distribui de forma desigual os bens materiais irá também distribuir de forma desigual os bens culturais”.

Diferente desse momento histórico, hoje, no contexto contemporâneo, reconhece-se cada vez mais a importância da educação e o acesso a ela, conforme previsto no Art. 205 da Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, a leitura enquanto parte do contexto educativo, se enquadra na legislação acima, mas também está prevista de forma direta na Lei n.º 10.753 de 30 de outubro de 2003, a qual apresenta como dever “[...] assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro” (BRASIL, 2003).

Ambas as legislações mencionadas acima são importantes para a democratização do acesso à cultura e para a promoção da educação, elementos primordiais para a

construção de uma sociedade mais crítica que reconhece seus direitos. De acordo com Candido:

[...] a literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e a visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e, portanto, nos humaniza. Negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade. [...] A literatura pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou de negação deles, como a miséria, a servidão, a mutilação espiritual. Tanto num nível quanto no outro ela tem muito a ver com a luta pelos direitos humanos (Candido, 2011, p. 06).

A leitura é capaz de formar sujeitos mais críticos que questionam as estruturas de poder dominante.

“É inegável o quanto a leitura desempenha um papel importante na luta pelos direitos humanos, fortalece a cidadania, incentiva a diversidade cultural, contribui para o desenvolvimento da nossa humanidade.”

Por conta de todo esse poder formador, ela se constitui como um direito e deve ser assegurado.

O PNLL E O PNLD: POLÍTICAS E BIBLIODIVERSIDADE

A democratização do acesso à leitura é um tema essencial para promover a equidade educacional e cultural em uma sociedade. Nesse contexto, as políticas públicas desempenham um papel fundamental, sendo o foco deste

volume o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Ambas têm como objetivo central ampliar o acesso a livros literários e materiais didáticos de qualidade em diferentes contextos educacionais. Esta seção também se propõe a examinar a bibliodiversidade presente nessas políticas e seu papel crucial na democratização do acesso ao livro literário.

Conforme destacado por Costa (2022, p. 119), a bibliodiversidade contribui para “[...] a defesa das diversidades culturais, étnicas, raciais e de gênero”, além de ser “[...] um direito de todo leitor [...]”. (Costa, 2022, p. 123). Neste sentido, com a ampliação do acesso aos livros literários, a escolha de obras diversas é importante, pois democratizar é um processo que visa atingir diferentes contextos sociais e culturais dentro das escolas.

O PNLL, em especial, enquanto uma “iniciativa conjunta entre os poderes públicos, como secretarias de educação e de cultura e a sociedade civil – desde leitores, escritores, editores, livreiros, passando por professores, bibliotecários, mediadores de leitura, contadores de histórias entidades do livro” (Costa, 2022, p. 97), ocupa um papel central nesse panorama, direcionando esforços para promover a democratização do acesso aos livros literários e estimular a formação de leitores, pois ele busca ampliar o acesso à leitura.

De acordo com Costa (2022, p. 97), ex-secretária executiva desse programa, “o PNLL é um plano que busca formar uma sociedade leitora como condição essencial e decisiva para promover a inclusão social de milhões de brasileiros no que diz respeito a bens, serviços e cultura [...]”. De acordo com o art. 1º do Decreto n.º 7.559, de 1º de setembro de 2011, são objetivos do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL):

I - a democratização do acesso ao livro; II - a formação de mediadores para o incentivo à leitura; III - a valorização institucional da leitura e o incremento de seu valor simbólico; e IV - o desenvolvimento da economia do livro como estímulo à produção intelectual e ao desenvolvimento da economia nacional (BRASIL, 2011).

Assim, o plano consiste em diretrizes básicas para assegurar, apoiar e articular ações necessárias para o acesso ao livro, além de valorizar e fomentar a leitura.

Já o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), instituído pelo Decreto n.º 9.099, de 18 de julho de 2017, dispõe, no art. 1º: “avaliar e disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público” (BRASIL, 2017). Em relação à distribuição, o programa alega, em seu Art. 6º, que ela ocorrerá de forma periódica e regular, a fim de atender todas as etapas da educação básica, com os objetivos de:

[...] II - garantir o padrão de qualidade do material de apoio à prática educativa utilizado nas escolas públicas de educação básica; III - democratizar o acesso às fontes de informação e cultura; IV - fomentar a leitura e o estímulo à atitude investigativa dos estudantes [...] (BRASIL, 2017, art. 2º).

Dessa forma, o Programa não busca apenas garantir um padrão de qualidade nos materiais, mas também promover a formação de leitores e a disseminação da informação e da cultura por meio das obras distribuídas. Além disso, o PNLD dispõe enquanto diretriz, em seu art. 3º: “I - o respeito ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; II - o respeito às diversidades sociais, culturais e regionais [...]” (BRASIL, 2017).

Entretanto, apesar dessas políticas e programas voltados para a distribuição de livros literários, é necessário reconhecer que:

“A simples disponibilidade física dos livros nas escolas não é suficiente para garantir a efetiva democratização do acesso à leitura, pois um fator crucial é a seleção de obras adequadas, que abranjam a diversidade social e cultural dos leitores, tendo em vista a pluralidade de contextos existentes nas escolas brasileiras.”

O Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e o Programa Nacional do Livro do Material Didático (PNLD), portanto, desempenham um papel fundamental na democratização do acesso ao livro literário nas escolas do Brasil. Ambas as políticas buscam ampliar o acesso ao livro de qualidade em diferentes contextos educacionais, promovendo a formação de leitores e valorizando a diversidade cultural. Entretanto, alguns critérios de seleção precisam ser levados em consideração durante a escolha de obras, com a finalidade de promover acervos mais diversificados, já que esse elemento é crucial para a democratização do livro literário no Brasil. Ao abranger obras que reflitam as realidades, identidades e vivências dos estudantes brasileiros, contribuímos para uma educação mais crítica, empática e significativa.

O PAPEL DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES E DO BIBLIOTECÁRIO NA FORMAÇÃO DOS LEITORES

No início da história das bibliotecas escolares no Brasil, durante o período colonial, a função principal dessas instituições era preservar e disponibilizar o conhecimento religioso. Nesse período, as bibliotecas estavam principalmente ligadas a instituições religiosas, como os colégios jesuítas, que detinham acervos com muitas obras.

De acordo com Santos (2018, p. 27), “Esses colégios mantinham perto de seus conventos cursos superiores com bibliotecas modernas para a época. Dessa maneira os livros ficavam acessíveis a toda a comunidade e era permissivo o empréstimo dos livros por meio de uma licença”. Nesse sentido, pode-se observar que desde os tempos remotos do período colonial no Brasil, a biblioteca tinha como função difundir conhecimentos, ainda que muito limitados à vertente religiosa.

Na contemporaneidade, a biblioteca caracteriza-se como um espaço diverso, o qual abrange uma grande quantidade de autores e gêneros. De acordo com Schwarcz (2002, p. 120):

Mais que um edifício com prateleiras, uma biblioteca representa uma coleção e seu projeto. Afinal qualquer acervo não só traz embutida uma concepção implícita de cultura e saber, como desempenha diferentes funções, dependendo da sociedade em que se insere.

Essa visão se alinha com a grande importância atribuída às bibliotecas escolares e ao bibliotecário na educação moderna, após a promulgação de legislações, diretrizes e parâmetros curriculares que regem e orientam a educação no país e ressaltam o valor desse espaço e do agente mediador no processo de formação de estudantes leitores. Nesse sentido, temos como principal legislação a Lei n.º 12.244, promulgada em 24 de maio de 2010, a qual dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país estabelecendo um suporte legal às bibliotecas escolares. Em seu parágrafo único, a lei estabelece que:

Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares (BRASIL, 2010).

Além dessa legislação, outros amparos legais surgiram como forma de ampliar o número de leitores nas escolas de todo o país, como por exemplo o Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei n.º 13.005/2014, o qual prevê, na Meta 7, estratégia 7.33:

[...] promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem (BRASIL, 2014, p. 66).

Além do PNE, outra política que enfatiza a importância da biblioteca escolar e o seu papel na formação de leitores são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) ao longo de 4 de seus 10 volumes. A biblioteca e a formação de leitores aparecem especialmente no volume 2, de Língua Portuguesa, o qual expressa que para formar leitores, é preciso propiciar condições que vão muito além de recursos materiais disponíveis, mas o uso que se faz deles.

Nesse sentido, o documento dispõe 9 condições, dentre elas:

[...] dispor de uma boa biblioteca na escola; dispor, nos ciclos iniciais, de um acervo de classe com livros e outros materiais de leitura; organizar momentos de leitura livre em que o professor também leia; planejar as atividades diárias garantindo que as de leitura tenham a mesma importância que as demais (BRASIL, 1997, p. 43).

De acordo com Costa (2022, p. 124), “As bibliotecas de acesso público, sejam elas públicas ou comunitárias, pro-

movem o acesso ao livro tanto para sua democratização aos que não têm, como também para provocar os sentidos que a arte nos gera, seja empatia, senso crítico ou consciência social”. Dessa forma, nota-se a relevância de se ter espaços que propiciem o acesso de todos aos livros, especialmente nas escolas, pois é nela que circulam crianças que provêm de diferentes contextos socioeconômicos e culturais.

“Além da organização necessária da instituição escolar e do trabalho pedagógico para a formação de leitores, outra figura importante dentro de espaços culturais como a biblioteca, é o bibliotecário.”

Este, por sua vez, desempenha um papel elementar como mediador e democratizador do acesso aos livros literários dentro da biblioteca escolar. O bibliotecário, como profissional especializado, possui conhecimentos sobre a seleção adequada de materiais de leitura, levando em consideração o nível de desenvolvimento dos educandos, seus interesses e necessidades. De acordo com Silva:

O principal elo entre a biblioteca e a formação de leitores está na mediação. Sem o mediador não há incentivo e nem transposição do conhecimento. O mediador pode ser um familiar, um amigo, um professor ou um bibliotecário (Silva, 2018, p. 28).

Além disso, a autora também comenta que “Se o mediador é um professor ou um bibliotecário, estabelece-se um vínculo profissional de modo a expandir oportunidades de incentivo à leitura de obras” (Silva, 2018, p. 28). Desse modo, com esse vínculo profissional estabelecido, as oportunidades de incentivo à leitura de obras se multiplicam, criando

um ambiente propício para o desenvolvimento de habilidades de leitura, imaginação, criatividade e reflexão crítica.

Em suma, ao longo da história, esses espaços evoluíram de meros depositários de conhecimento religioso para ambientes diversificados, que oferecem acesso a uma ampla gama de obras literárias. Com a implementação de políticas educacionais que destacam a relevância da leitura na formação dos estudantes, como o Plano Nacional de Educação e os Parâmetros Curriculares Nacionais, reconhece-se a necessidade de investir no fortalecimento das bibliotecas escolares e no papel ativo do bibliotecário como mediador do acesso ao livro literário, pois eles desempenham um papel essencial na formação de leitores nas escolas de Ensino Fundamental.

O VALOR ESTÉTICO E PEDAGÓGICO DA LITERATURA

Esta seção tem por objetivo associar a democratização do livro literário para além das políticas, demonstrando que a mera distribuição de livros por meio de programas não é o suficiente para a formação de leitores, pois a mediação dos professores é também um elemento fundamental para garantir que esse acesso seja efetivo.

Durante muito tempo, os livros literários foram produzidos com um caráter pedagógico, predominantemente marcados pela expressão da visão dos adultos, refletindo suas perspectivas, valores e expectativas. De acordo com Lajolo e Zilberman (2022, p. 40), os livros literários “deixam transparecer o modo como o adulto quer que a criança veja o mundo”.

Nessa perspectiva, Colomer (2007, p. 134) complementa: “[...] a sociedade costuma estar mais preocupada com a educação moral do que com a educação literária das crianças e essa é a função que realmente a maioria ainda hoje atribui

à literatura infantil”. Entretanto, essa visão não é completamente condenada, pois temáticas novas e emergentes são “[...] preocupações próprias de nosso tempo, tais como as geradas pela vida nas grandes cidades, as migrações sociais ou a sociedade de consumo” (Colomer, 2007, p. 134).

Dentro de uma perspectiva social, a literatura desempenha um papel significativo para a formação humana, na medida em que estimula a criatividade, a imaginação, o pensamento crítico, a empatia, a formação da própria identidade e o senso de pertencimento, além de ser um meio importante para o desenvolvimento das habilidades de leitura e a expansão do vocabulário do indivíduo.

Pode-se observar, então, que a literatura possui uma dimensão estética e pedagógica, as quais devem ser compreendidas por professores, bibliotecários e agentes literários, para que a literatura seja utilizada de forma a demonstrar, principalmente, a experiência estética que ela possui, pois “o objetivo da educação literária é, em primeiro lugar, o de contribuir para a formação da pessoa” (Colomer, 2007, p. 31).

No entanto, a partir da obra *Andar entre livros: a leitura literária na escola* (2007), da pesquisadora espanhola Teresa Colomer, foi possível observar que o trabalho com a literatura é, muitas vezes, restrito a uma dimensão didática, como podemos ver no seguinte trecho:

Formar os alunos como cidadãos da cultura escrita é um dos principais objetivos educativos da escola. Dentro desse propósito geral, a finalidade da educação literária ‘pode resumir-se à formação do leitor competente’ [...] o debate sobre o ensino da literatura se superpõe, assim, ao da literatura, já que o que a escola deve ensinar, mais do que ‘literatura’, é ‘ler literatura’ (Colomer, 2007, p. 30).

Nesse sentido, Zilberman (2009, p. 16) ratifica a fala da pesquisadora espanhola, contemplando “a leitura não como o resultado satisfatório do processo de letramento e decodificação de matéria escrita, mas como atividade propiciadora de experiência única com o texto literário”. Usufruir da literatura a partir de seu valor estético também é um elemento defendido pelas competências específicas de língua portuguesa para o ensino fundamental estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no tópico 9:

Envolver-se em práticas de leitura literária que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura e outras manifestações artístico-culturais como formas de acesso às dimensões lúdicas, de imaginário e encantamento, reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a literatura (BRASIL, 2017, p. 87).

Essa competência destaca a necessidade de desenvolver o senso estético, permitindo que os estudantes apreciem a literatura como uma forma de fruição, valorizando não apenas a história narrada, mas também a qualidade estética da obra.

“ Por meio da conscientização do professor acerca do valor que a literatura possui e as suas diferentes funções, é possível realizar uma mediação na qual os estudantes entram em contato com a pluralidade de significados presente dentro da literatura de forma concreta e significativa.”

Nesse sentido, a mediação de profissionais da educação é um elemento essencial para a formação de leitores, já que mediar significa fazer leituras em voz alta, realizar a seleção de obras que estejam de acordo com a faixa etária das crianças, prezar por textos de qualidade e entender as diferentes dimensões que a literatura expressa e pode desenvolver nos estudantes.

Além disso, outro aspecto importante é realizar a promoção de atividades e eventos que estimulem o interesse e o envolvimento dos discentes com a leitura, como é o caso da “Roda de Leitores”, proposta pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa.

CANAL DO EDUCADOR

Estimular o gosto pela leitura é uma tarefa essencial para o desenvolvimento intelectual, emocional e social dos estudantes. Confira algumas sugestões de estratégias para formar leitores em sua sala de aula:

- Adapte-se ao perfil dos estudantes: conheça seus interesses e níveis de leitura, ajustando o material pedagógico para garantir a acessibilidade e o engajamento de todos;
- Inclua diversidade literária: apresente uma variedade de autores, gêneros e estilos para refletir a diversidade cultural e social;
- Crie um ambiente propício à leitura: escolha um espaço aconchegante em sua sala de aula no qual os estudantes possam sentar-se confortavelmente e que haja uma caixa ou estante com livros diversos disponíveis. Pode ser uma área pequena, porém acolhedora, na qual os estudantes possam se sentir à vontade para ler;
- Monte uma pequena biblioteca com livros didáticos, de histórias, revistas e até mesmo gibis: mantenha os livros organizados e de fácil acesso;
- Estimule a participação ativa: promova discussões e debates sobre as obras, incentivando a expressão de opiniões e o respeito às diferentes interpretações;
- Explore recursos tecnológicos: se possível, utilize recursos digitais e multimídia para ampliar o acesso aos livros literários;
- Crie clubes e rodas de leitura: estimule a formação de grupos de leitura, nos quais os educandos possam compartilhar experiências, recomendar obras e promover a troca de conhecimentos;

-
- Incentive a participação da família: envolver as famílias no processo de formação de leitores é um passo importante para que o estudante se sinta motivado;
 - Promova a “Hora do Conto”: Realize contações de histórias sem fins pedagógicos;
 - Incentive a expressão criativa: desenvolva projetos que estimulem a produção de textos pelos estudantes, incentivando a criatividade e a expressão pessoal, fortalecendo a relação deles com a escrita e a leitura literária.

Não se esqueça que promover o gosto pela leitura significa investir no desenvolvimento integral de seus estudantes, preparando-os para uma vida de aprendizado contínuo e enriquecimento pessoal!

Invista!

PARA IR ALÉM...



A literatura infantojuvenil tem o poder de tocar os corações e mentes dos jovens de maneira única, abordando temas sensíveis de forma acessível e cativante. A Editora FTD Educação oferece uma vasta gama de obras e autores que permitem explorar e trabalhar com os estudantes questões importantes, como racismo, bullying e amor.

Conheça quatro obras para utilizar em sala de aula que enriquecerão sua prática docente!

Acesse e confira: <https://bit.ly/3VkCVLA>

**Bibliodiversidade:**

Termo que se refere à diversidade cultural expressada por meio das publicações disponíveis em diferentes línguas, formatos e conteúdos, enfatizando a importância da pluralidade de vozes, perspectivas e expressões literárias no mundo.

Letramento literário:

Refere-se ao desenvolvimento da capacidade de ler, interpretar, analisar e se engajar criticamente com textos literários, promovendo um aprofundamento na cultura escrita por meio da literatura.

Literatura infantil:

Segmento da literatura dedicado ao público infantil, caracterizando-se por textos e ilustrações que estimulam a imaginação, emoção, moral e valores, adequados ao desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças.

Literatura infantojuvenil:

Literatura destinada a leitores em transição entre a infância e a adolescência, abordando temáticas apropriadas para esta faixa etária, com o objetivo de formar, informar e entreter, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e social.

Livro literário:

Obra que se caracteriza pela expressão artística da linguagem, explorando temas humanos, emocionais, sociais ou filosóficos de maneira estilisticamente rica e complexa.

Políticas Educacionais:

Conjunto de diretrizes e ações implementadas pelo governo e outras instituições com o objetivo de orientar e

melhorar o sistema de educação, abordando aspectos como currículo, avaliação, formação de professores, infraestrutura e acesso à educação.

Projeto pedagógico:

Documento que orienta a organização, ação educativa e objetivos de uma instituição de ensino, detalhando o currículo, métodos de ensino, avaliação e como o estabelecimento pretende atingir suas metas educacionais e sociais.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS



BRASIL. Decreto n.º 9.099, de 18 de julho de 2017. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9099-18-julho-2017-785224-publicacaooriginal-153392-pe.html>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Decreto N.º 7.559, de 1º de setembro de 2011. Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF. Brasília, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Lei n.º 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 mai. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 05 jul. 2023.

BRASIL. Lei n.º 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 31 out. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.753.htm. Acesso em: 30 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 06 jul. 2023.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. 1. ed. Brasília: MEC, 1997. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/biblioteca-de-apoio/pcn-ensino-fundamental-1-ao-5-ano/>. Acesso em: 08 jun. 2023.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). Lei Federal n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 9 jun. 2023.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. PCN - *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2023.

DIAS, F. B. *Formação de leitores pelas representações sociais de sujeitos em diferentes tempos e espaços: uma análise integrativa de dados*. Orientadora: Romilda Teodora Ens. 2020. 202 f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2020.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. *Retratos da Leitura no Brasil*. 5ª ed. São Paulo, 2020. Disponível em: Disponível em: https://prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/09/5a_edicao_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_IPL-compactado.pdf. Acesso em: 19 abr. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Deliberativo. Resolução n.º 15, de 26 de julho de 2018. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/escolha-pnld-2022-literario/media/copy_of_Resolucao152018.pdf. Acesso em: 27 maio 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programas do Livro. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro>. Acesso em: 27 maio 2023.

SANTOS, I. D. dos. *Um lugar onde moram e se escondem os livros: as bibliotecas escolares e a formação de leitores*. Orientadora: Elianeth Dias Kanthack Hernandes. 2018. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2018.

SILVA, V. C. M. da. A biblioteca Gabriela Mistral como espaço de leitura e formação do leitor. Orientador: Pedro Benjamim Garcia. 2018. 75 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Petrópolis Mestrado em Educação, Petrópolis, 2018.

SCHWARCZ, L. M. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

INDICAÇÕES DE LEITURA

CANDIDO, A. *Vários Escritos*. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul/ São Paulo: Duas Cidades, 2011. 120 p.

COLOMER, T. *A formação do leitor literário*. São Paulo: Global, 2003. 456 p.

COLOMER, T. *Andar entre livros: a leitura literária na escola*. São Paulo: Global, 2007. 208 p.

COSTA, R. *Leitura Cria Mundos: um projeto sobre democratização do livro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2022.

EICHENBERG, R. C. *De mãos dadas com a leitura: a Literatura Infantil nos Anos Iniciais*. Porto Alegre: Mediação, 2016. 160 p.

Failla, Z. (Org.). *Retratos da Leitura no Brasil*. São Paulo: Instituto Pró-Livro; GMT Editores Ltda, 2021. Todos os direitos reservados. Disponível em: https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Retratos_da_leitura_5__o_livro_IPL.pdf.

LAJOLO, M. *Literatura: ontem, hoje, amanhã*. São Paulo: UNESP, 2018. 171 p.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. *Literatura Infantil Brasileira: História e Histórias*. São Paulo: UNESP, 2022. 352 p.

CONHEÇA OUTROS TÍTULOS DESTA COLEÇÃO

ÉTICA EM SALA DE AULA

.....

ESTILOS DE APRENDIZAGEM

.....

INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS

.....

TRANSDISCIPLINARIDADE E CRIATIVIDADE

.....

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

.....

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

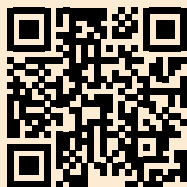
.....

EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL

ACESSE O PORTAL CONTEÚDO ABERTO

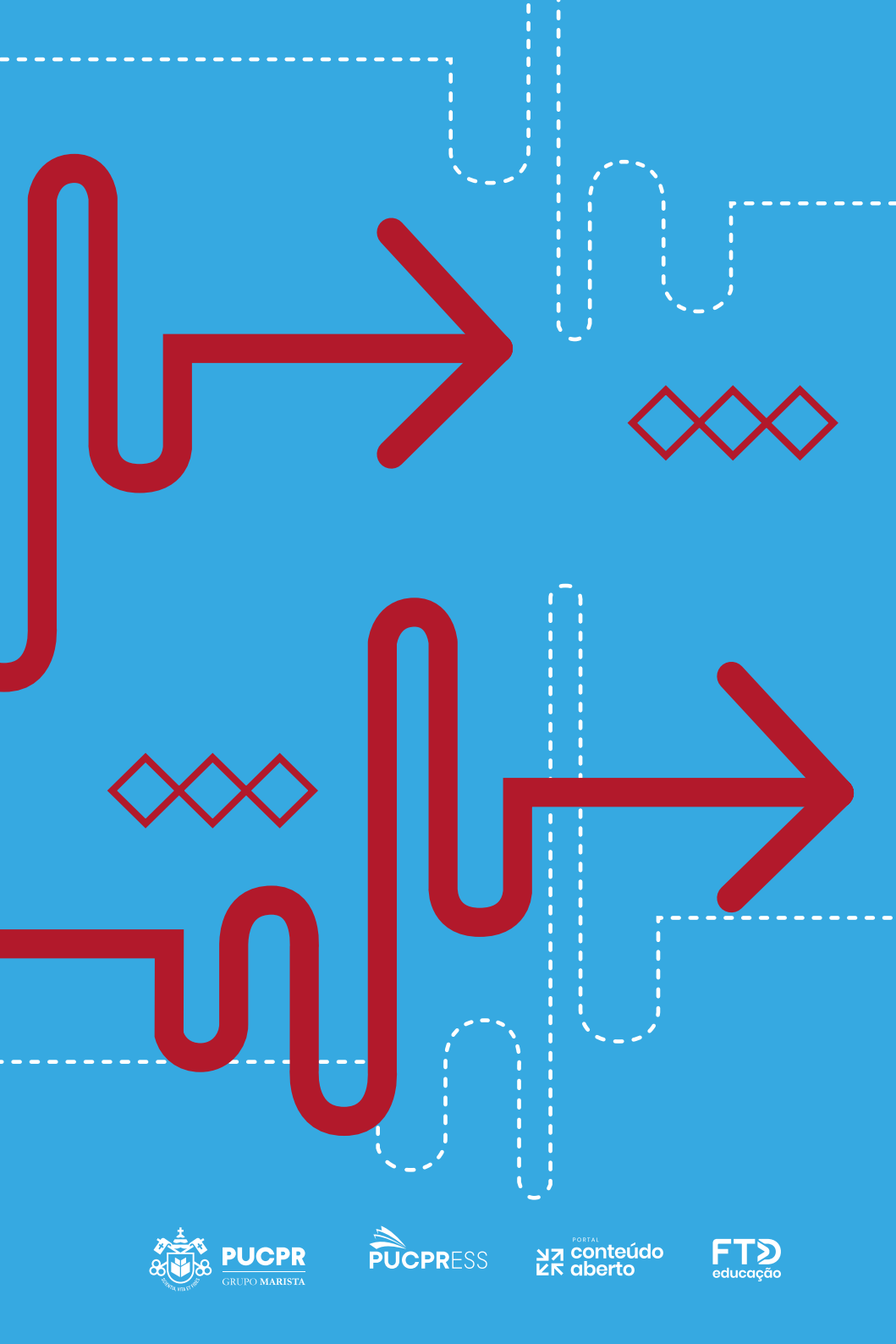


Conteúdo relevante e formativo para educadores. Descubra as tendências e assuntos relevantes no mundo da educação. Confira, por meio das categorias, os recursos que podem te ajudar no dia a dia escolar.



Tudo disponível de forma aberta e gratuita, com atualizações o ano todo.

Leia o QR CODE ou acesse:
conteudoaberto.ftd.com.br



PUCPR
GRUPO MARISTA



PORTAL
**conteúdo
aberto**

FTD
educação